

CURRÍCULO E A FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Everton Cardoso Borges
Glaucia Eunice Goncalves da Silva
Ellen Cristine Campos de Souza Coelho

Resumo

Este trabalho problematiza a inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar. O objetivo é identificar e caracterizar, por meio de pesquisa documental, a formação docente para inclusão da pessoa com deficiência intelectual nos currículos de formação inicial. A pesquisa foi delimitada em uma instituição particular de ensino superior em Barra do Garças/MT e foram analisados os Projetos Pedagógicos de Cursos de licenciatura na perspectiva de entender como se dá a preparação dos professores para o atendimento ao aluno com deficiência intelectual na educação básica. Concluiu-se que a instituição pesquisada não oferece conhecimentos específicos que contribuam para uma formação docente voltada para práticas pedagógicas inclusivas. Até o momento o estudo possibilita dizer que a falta de ofertas de disciplinas em cursos de formação de professores poderá prejudicar o processo de inclusão das pessoas com deficiência intelectual, pois a condição dos alunos exige que os professores tenham conhecimentos voltados para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Palavras-chave: Currículo. Formação Docente. Deficiência intelectual.

Nomear, entender e aplicar diferentes métodos de ensino para as crianças com necessidades educacionais especiais tem sido fator de grande relevância e responsabilidade dos professores em instituições escolares, por se tratar de um público que necessita de toda atenção no seu desenvolvimento psicomotor, afetivo, cognitivo e social, propiciando um acompanhamento diferenciado, em especial, para o aluno com deficiência intelectual.

Assim, na elaboração deste artigo procurou-se compreender, por meio do currículo, a formação inicial de futuros professores que estarão atuando com pessoas com deficiência intelectual na Educação Básica. Dessa maneira foi necessário realizar uma pesquisa acerca do assunto, pois uma série de acontecimentos e fatos estão ligados direto ou indiretamente ao tema proposto, dentre eles destaca-se a questão curricular nas instituições particulares formadoras de professores (IFPs), em especial nos cursos de licenciaturas. Para facilitar a compreensão dessa situação, foi preciso identificar se os acadêmicos estão sendo preparados com currículos adequados e métodos de ensino que lhes darão suportes teóricos e práticos, quando concluírem os estudos. Diante disso, deve-se observar a Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013, Art. 59, inciso III,

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, 2013).

A princípio, o interesse foi motivado pela observação na formação inicial do professor como fonte de conhecimento e recurso pedagógico de ensino aprendizagem, em ambientes apropriados para as atividades educativas pedagógicas.

O professor é, por exigência de sua prática, um *observador* constante que recolhe informações de diversas formas, partilhando suas percepções, convivendo com pessoas e com problemas persistentes que circundam sua atividade; além disso, sua prática o faz um observador *participante*. (CHIZOTTI, 2012, p. 108).

Desta forma, por meio de um ensino significativo é que ocorrerá a participação do professor no processo educacional. A intervenção do docente nas aulas para pessoas com necessidades educacionais especiais poderá envolver situações de atendimento coletivo ou individual, pelas atividades planejadas e “relacionar novas informações com o conhecimento que já possuem, com as novas exigências do exercício e sua profissão, com as necessidades atuais da sociedade onde vão trabalhar.” (MASETTO, 2012, p. 84)

Do que foi apresentado acima, percebe-se que o aluno poderá desenvolver o máximo de seu potencial, possibilitando melhor desempenho nas ações que lhe são próprias. Neste sentido, ressalta-se que o professor, ao elaborar suas aulas, possa indagar a si mesmo, questionando: para qual grupo de pessoas elas serão ministradas? Como o planejamento dos conteúdos a serem organizados por meio de currículo possibilitará a contemplação no desenvolvimento global do educando, respeitando suas deficiências e propiciando-lhes sua inclusão dentro do ambiente escolar? Procurando entender melhor o currículo nas escolas, buscou-se argumentos nas concepções de Apple (apud SILVA, 2011),

Em suma, na perspectiva de Apple, o currículo não pode ser compreendido – e transformado – se não fizermos perguntas fundamentais [...]. Como as formas de divisão da sociedade afetam o currículo? Como a forma como o currículo processa o conhecimento e as pessoas contribuem, por sua vez, para reproduzir aquela divisão? Qual conhecimento – de quem – é privilegiado no currículo? Quais grupos se beneficiam e quais grupos são prejudicados pela forma como o currículo é organizado? Como se formam resistências e oposições ao currículo oficial? Ao enfatizar essas questões, Michael Apple contribui, de forma importante, para politizar a teorização sobre o currículo. (SILVA, 2011, p. 49).

Dessa maneira, as instituições particulares de ensino superior, assim também como os professores, precisam ter participação ativa em relação aos conteúdos curriculares a serem aplicados aos acadêmicos para que os mesmos possam desempenhar melhor suas ações pedagógicas quando atuarem junto a esta clientela especial. Em outras palavras, os professores precisam dominar cada vez mais os conteúdos curriculares, os processos de ensino e de aprendizagem, isto é, especializarem-se no “o que”, no “como”, no “para que” e no “para quem” se ensina e se aprende. (MANTOAN, 2004, p. 93).

Apresenta-se assim, a necessidade de se verificar alguns pontos, ainda carentes de pesquisa, que tenham como objeto de estudo a inclusão da pessoa com deficiência intelectual, “cujos serviços especiais devam ser oferecidos a todos os alunos que durante o processo educacional apresentem necessidades educacionais especiais”. (KASSAR, 2007, p. 55).

Foi diante desse paradoxo, que a pesquisa buscou analisar o currículo de cursos (licenciaturas) selecionados na pesquisa por meio dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) na cidade de Barra do Garças/ MT. Os questionamentos visam entender como os currículos das instituições particulares de Ensino Superior formam professores para promoverem a inclusão da pessoa com deficiência intelectual na Educação Básica e quais são os meios utilizados para construir os conhecimentos necessários acerca dessa população. Entende-se que a formação inicial deve preocupar-se com estudos sistematizados, objetivando o processo de inclusão de aluno com deficiência intelectual.

A partir da coleta dos dados, procedeu-se à análise dos mesmos na perspectiva de se compreender se o curso de licenciatura em análise está preparando os acadêmicos para atuarem, após a formação inicial, com alunos que apresentam deficiência intelectual na Educação Básica. Cabe investigar se este currículo traz elementos que subsidiam a prática pedagógica voltada para a inclusão destes grupos identitários.

Nesse sentido, acredita-se que, por meio da pesquisa, seja possível buscar conhecimentos que melhor fundamentem o atendimento de pessoas com deficiência intelectual nos currículos escolares. Nesse caso seria a capacidade do aprendiz de refletir sobre sua própria experiência de aprender, identificar os procedimentos necessários para aprender, e, então, a partir daí, desenvolver o próprio processo e a própria aprendizagem, no ritmo próprio de forma contínua, sempre explorando as próprias competências. Isso significa que a discussão deve pautar-se em um currículo que considere as características identitárias de cada sujeito, refutando a universalidade tão presente na escola. (MASETTO, 2012)

É nessa perspectiva que a instituição de ensino superior, em sua totalidade poderá promover ensino de qualidade respaldado nos saberes pedagógicos, proporcionando aos

futuros profissionais o embasamento científico que possa “refletir sobre seu papel na construção do conhecimento e do seu próprio eu, como cidadão e futuro profissional”. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 236).

DECISÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E ANÁLISE DOS DADOS

O presente estudo investiga a formação de professores nos cursos de licenciatura, na temática da inclusão da pessoa com deficiência intelectual na Educação Básica. Pela sua natureza hermenêutica, este estudo também se ajusta às características da pesquisa exploratória que busca levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. (SEVERINO, 2007, p.123). Em seu processo, trata de descrições e interpretações dos documentos analisados referentes aos cursos da instituição delimitada para pesquisa.

Dessa maneira, a pesquisa foi realizada buscando compreender a formação dos professores nos cursos em nível de graduação de uma instituição particular de Ensino Superior na cidade de Barra do Garças – MT, acerca da inclusão de pessoa com deficiência intelectual nas aulas da Educação Básica. Assim, a pesquisa tem como direcionamento o processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual que enfrenta dificuldades para incluir-se no currículo escolar.

A deficiência intelectual, nesta pesquisa, é compreendida como uma interação entre o funcionamento intelectual e as suas relações com o contexto social. Assim, as limitações deixam de ser observadas como dificuldade exclusiva da pessoa deficiente (perspectiva quantitativa da inteligência), passando a ser consideradas como limitações do contexto social que deve buscar e ofertar os apoios que ela necessita. Essa concepção transgride uma noção meramente biologizante voltada apenas para os aspectos ligados a cognição.

É importante ressaltar que a investigação procura tomar a deficiência intelectual como função psíquica, que ao ser trabalhado os conteúdos curriculares pelos professores de maneira sistematizada pedagogicamente, provavelmente poderá lhe proporcionar gradualmente um desenvolvimento academicamente satisfatório. Entendendo que estas pessoas, mesmo apresentando esta deficiência e estando inserida num contexto social são capazes de sonhar, imaginar, desejar, aprender e também amar. Eles esperam dos seus educadores maior

compreensão de suas possibilidades, já que podem participar ativamente do mundo cultural das pessoas consideradas normais. (PADILHA, 2007, p. 43-44).

Diante disso, tomando como base os estudos de Demo (2012) e Gil (2010), que assinalam a necessidade de critérios na elegibilidade dos contextos e participantes em estudos qualitativos, é necessário destacar que a escolha da Instituição Formadora de Professores (IFPs), precisaria estar de acordo com alguns critérios, tais como:

- Fazer parte da rede particular de ensino em nível superior;
- Estar oficialmente na categoria de Ensino Superior no município há mais tempo;
- Oferecer cursos presenciais no quadro de graduação;
- Oferecer cursos de licenciatura.

Estes são os critérios para a escolha da instituição que se enquadraria nos objetivos desta pesquisa. Dessa maneira, há em Barra do Garças/MT 04 (quatro) instituições de ensino superior da rede particular e a instituição selecionada para o desenvolvimento da pesquisa a partir dos critérios propostos, oferece suas atividades educacionais no município pesquisado há 25 (vinte e cinco) anos. A tabela que segue ilustra a relação dos cursos oferecidos pela instituição particular de ensino superior que foi objeto de estudo na pesquisa.

Tabela 1. Cursos ofertados pela instituição; ano da implantação dos cursos, reconhecimento, autorização e categoria.

	Cursos	Ano da implantação dos cursos	Data do seu reconhecimento	Data da sua autorização	Categoria
01	Administração	1990	04/09/2011		Bacharel
02	Agronomia	2011		31/08/2011	Bacharel
03	Ciências Contábeis	1990	04/08/2011		Bacharel
04	Educação Física	2009			Licenciatura
05	Enfermagem	2008	01/06/2012		Bacharel
06	Farmácia	2009		05/07/2012	Bacharel
07	Fisioterapia	2008	05/07/2012		Bacharel
08	História	1993	17/08/2012		Licenciatura
09	Medicina Veterinária	2011		09/02/2011	Bacharel
10	Nutrição	2009		19/02/2009	Bacharel
11	Pedagogia	1991	24/11/2011		Licenciatura
12	Serviço Social	2007	30/06/2012		Bacharel
13	Tecnologia em Análise e Desenv. de Sistemas	1995	17/08/2012		Bacharel
14	Zootecnia	2010		22/09/2010	Bacharel
15	Estética e Cosméticos	2013			Bacharel
16	Psicologia	2014			Bacharel
17	Odontologia	2013			Bacharel

Fonte: Dados fornecidos pela Assessoria Pedagógica da instituição de ensino pesquisada, jun. 2014.

Após a análise dos dados disponibilizados no quadro ilustrativo acima, definiu-se que os cursos que atendiam a todos os critérios estabelecidos eram: “Educação Física, História e Pedagogia”. Reitera-se que os cursos selecionados neste estudo estão categorizados de acordo com a modalidade de licenciatura e em conformidade com os objetivos traçados na elaboração desta pesquisa.

Diante disso, o processo de coleta das informações se desenvolveu em quatro momentos distintos e inter-relacionados, são eles:

- a) O procedimento de visitação pessoal, junto à vice-direção da instituição particular de Ensino Superior;
- b) Comunicação da pesquisa e solicitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos aos coordenadores;
- c) A análise e categorização das matrizes curriculares voltadas para temática: pessoa com deficiência intelectual;
- d) Estudo sobre o currículo dos cursos, buscando compreender se o currículo contemplava algum aspecto formativo voltado para preparação do futuro docente para atender a necessidades educacionais das pessoas com deficiência intelectual.

O processo de visitação foi formalizado junto à vice-direção da Instituição Particular de Ensino Superior, solicitando verbalmente a permissão para o desenvolvimento da pesquisa a ser desenvolvida na instituição em apreço. Foi concedida a permissão para dar andamento à pesquisa, porém com certa ressalva, que nas análises, divulgações e publicações dos resultados obtidos fosse mantido o nome da instituição em anonimato.

Movidos por esta permissão, foi comunicado aos coordenadores sobre a pesquisa e sua temática, como ela seria desenvolvida e qual a sua finalidade. A partir desse momento foi assinado pelos coordenadores dos cursos o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” da pesquisa e fornecido ao pesquisador a cópia do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de cada curso: “Educação Física, História e Pedagogia”. Uma vez realizada a organização e análise dos dados, podemos apresentar os resultados da coleta de informações do estudo.

Quanto ao curso de Educação Física, a coleta de informações apresentou as seguintes descrições: na análise do curso, duas turmas foram selecionadas o 3º e 4ª ano, abrangendo de forma numérica crescente, o 3º ano foi contemplado com a disciplina de “Libras” (Língua Brasileira de Sinais) e para o 4º ano “Educação Física Inclusiva e Adaptada”, sendo que as duas disciplinas nas suas ementas estão direcionando os estudos de ensino e aprendizagem às pessoas com necessidades educacionais especiais. (gráfico 2).

Tabela 2. Curso de Educação Física, ano/série, ementa das disciplinas e a disciplinas contempladas.

Curso	Ano/Série	Ementa das disciplinas	Disciplinas
Educação Física	3º ano	Pessoas com necessidades educacionais especiais	Libras
	4º ano	Pessoas com necessidades educacionais especiais	Educação Física Inclusiva e Adaptada

Desta maneira, analisando as ementas das disciplinas ofertadas, percebe-se que nenhuma delas tem o ensino voltado à pessoa com deficiência intelectual. Mesmo que no ambiente educativo, elas estejam voltadas para as pessoas com necessidades educacionais especiais, porém, não atingem a sua especificidade. O ensino de Libras esta direcionado ao aluno com surdez e a Educação Física Inclusiva e Adaptada, poderia na sua ementa ser mais contemplativa nas diversas deficiências, dentre elas a que esta em estudo. Neste caso, estaria respeitando as características individuais dos alunos que estão chegando para a escola, porém isto não está bem claro nos PPC analisados. Seguindo este raciocínio, Scarpato (2007, p. 163) afirma que a “Educação Física Adaptada é uma área [...] que tem como objeto de estudo [...] pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características individuais”.

Em relação ao curso de História, as análises das informações apresentam a oferta de uma disciplina, a de “Libras e Políticas Educacionais” para o 3º ano. Conforme a descrição na ementa, a disciplina direciona o ensino para o aluno surdo (gráfico 3).

Tabela 3. Curso História, ano/série, ementa da disciplina e disciplina contemplada.

Curso	Ano/Série	Ementa da disciplina	Disciplina
História	3º ano	Surdo	Libras e Políticas Educacionais

Entende-se que toda criança com necessidades educacionais especiais deve ser incluída de maneira preferencial na escola regular de ensino, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. (BRASIL, 1996). Essa determinação por vias legais precisa ser legitimada por meio de um mecanismo de inclusão que permita o seu cumprimento dentro do espaço escolar, em especial a sala de aula. Porém, ao analisar os dados na tabela acima cuja oferta é para o atendimento do surdo, percebe-se desta maneira, que no curso de História a preparação para o atendimento do aluno com deficiência intelectual não será

contemplada, uma vez que não consta no currículo disciplinas que atendam essa necessidade e que possam contribuir na construção e elaboração dos saberes docentes. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002). Demonstra dessa forma, que “o problema está na falta de uma política de educação que considere, respeite e promova o acesso dos deficientes à educação que eles necessitam e a qual, como cidadãos têm direito”. (PADILHA, 2007, p. 38).

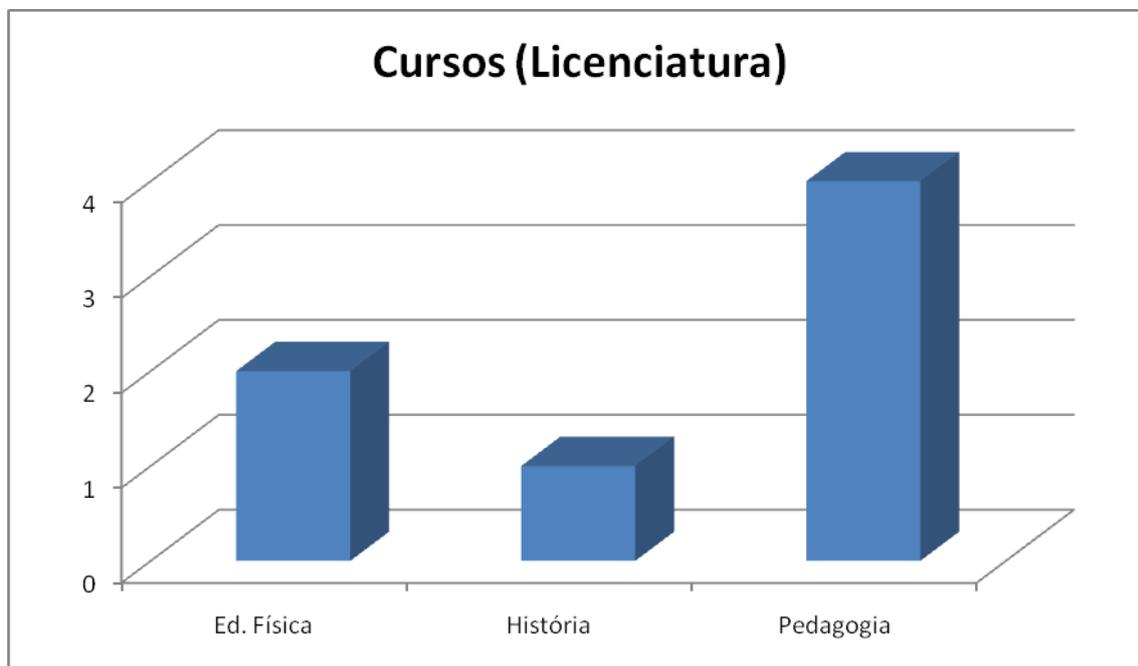
Dentre os três cursos analisados, o curso de Pedagogia é o único que tem um número considerável de disciplinas (gráfico 4) em comparação com os outros dois cursos selecionados. São disciplinas que são contempladas do 2º ano até o 4º ano do curso. No 2º ano está contemplada somente com uma disciplina: “Pedagogia do Movimento Corporal” e no 4º ano é ofertada duas: “Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Inclusiva e Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino da Educação Física”, estas disponibilizam em suas ementas o ensino direcionado para pessoas com necessidades educacionais especiais, porém, não deixam bem claro qual o grau de deficiência que elas estarão atendendo. Quando ao 3º ano de Pedagogia, a oferta é o ensino de “Libras” com direcionamento para a inclusão da pessoa surda. Esse currículo demonstra uma maior formação para a inclusão, mas não alcança a pessoa com deficiência intelectual que é o foco principal desta investigação.

Tabela 4. Curso Pedagogia, ano/série, ementa das disciplinas e disciplinas contempladas.

Curso	Ano/Série	Ementa das disciplinas	Disciplinas
Pedagogia	2º ano	Pessoas com necessidades educacionais especiais	Pedagogia do Movimento Corporal
	3º ano	Surdo e Educação Inclusiva	Libras
	4º ano	Pessoas com necessidades educacionais especiais	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Inclusiva
	4º ano	Pessoas com necessidades educacionais especiais	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino da Educação Física.

O desenvolvimento da coleta de informações e dados permitiu selecionar três cursos de licenciatura e nas suas matrizes curriculares sete disciplinas fazem referência a temática das necessidades educacionais especiais que em suas ementas tem um olhar amplo na inclusão, mas não abrangem na especificidade da inclusão as pessoas com deficiência intelectual que é o objeto de estudo. O gráfico 1 expõe esse grau de atendimento, mesmo que parcial:

Gráfico 1. Cursos de graduação selecionados para pesquisa.



Até o momento o estudo possibilita dizer que a falta de ofertas de disciplinas em cursos de formação de professores poderá prejudicar o processo de inclusão das pessoas com deficiência intelectual, no sentido de terem acesso aos saberes escolares, de serem tratados com igualdade perante os seus pares na instituição escolar e, sobretudo de ter cerceada a possibilidade de desenvolver suas potencialidades.

Nesta perspectiva, podemos perceber que a formação inicial de professores para o atendimento ao aluno que apresentar deficiência intelectual na escola, além da licenciatura que propiciará ao professor atuar junto às escolas de ensino regular, precisa ter também uma formação específica para atingir, por meio de um ensino significativo, o atendimento da deficiência que se propõe atender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração do desenvolvimento da investigação permitiu compreender com mais clarificação o currículo de cursos de formação inicial de professores e as disciplinas contempladas nas estruturas curriculares para trabalharem com pessoas que apresentarem necessidades educacionais, em especial o discente com deficiência intelectual.

Como dispositivo de concluir e de fazer os encaminhamentos acerca da presente pesquisa, destacaremos os procedimentos da pesquisa exploratória, tendo sempre claro, os objetivos descritos para a realização da pesquisa.

Diante disso, no desenvolvimento deste estudo identificou-se que as áreas de Educação Física, História e Pedagogia oferecem em seus currículos disciplinas voltadas à formação para o ensino e aprendizado da criança com necessidades educacionais especiais, sendo a Pedagogia, o curso que mais contempla os acadêmicos que estão em processo de formação inicial.

Outro ponto a ser destacado é o ensino de Libras (Línguas Brasileiras de Sinais), que é contemplado nos três cursos de graduação em estudo, muito provavelmente por força de lei. Percebe-se, por meio das análises dos dados, que há certa intenção em promover a inclusão, porém esta ação não alcança o objetivo deste estudo que é a criança com deficiência intelectual.

Ante o exposto, chega-se a conclusão que nos currículos dos cursos selecionados na realização desta pesquisa, a formação inicial de professores está direcionando ao ensino das pessoas com necessidades educacionais especiais de maneira generalizada, não abrangendo, na sua especificidade, o aluno com deficiência intelectual. Podemos observar também, pelas análises dos dados, que a formação inicial dos professores em determinado ponto estará fragilizada em relação à temática. Percebe-se que a ausência de estudos acerca desta deficiência nos cursos de licenciatura pode ser considerada um dos fatores que dificultam a inclusão da criança com deficiência intelectual nas instituições escolares.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICOS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez, 1996. Seção I, p. 27833-27841.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.796** de 04 de abril de 2013, altera a **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 06 de jun. 2014.

CHIZOTTI, Antonio. Metodologia do ensino superior; o ensino com pesquisa. In: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia (Orgs.). **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. 1. ed. 10. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva. In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Orgs.). **Caminhos pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MASETTO, Marcos Tarcisio. Atividades pedagógicas no cotidiano da sala de aula universitária: reflexões e sugestões práticas. In: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia (Orgs.). **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. Cap. 7, p. 83 – 101.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Matrículas de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais na Rede de Ensino Regular: do que e de quem se fala? In: GOÊS, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (Orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Práticas Pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

SCARPATO, M. (Org.). **Educação Física – como planejar as aulas na educação básica**. São Paulo: Avercamp, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade; uma introdução às margens do currículo**. 3. ed - 2. reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 2011.